


Bispos autóctones em contexto do colonialismo português: questão de soberania política e de autonomia eclesial (1962-1970)

JOÃO FRANCISCO PEREIRA



Universidade Nova de Lisboa, CFE-História, Territórios e Comunidades, Portugal
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-8684-8779>
jfpereira@ucp.pt

Resumo: As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé durante os anos 60, foram marcadas por vários acontecimentos. O prolongado exílio de D. António Ferreira Gomes, o Segundo Concílio do Vaticano e a vinda do Papa Paulo VI a Fátima são alguns exemplos com maiores repercussões. Ainda assim, parte substancial da documentação presente no Arquivo Histórico Diplomático sobre estas relações mostra que a questão ultramarina era um tópico que absorvia grande parte da atenção na relação entre os dois estados. É nesse contexto que, discretamente, mas com alguma insistência, se vai colocar a questão da nomeação de bispos negros para dioceses portuguesas nos territórios ultramarinos. Desde o período conciliar, a Santa Sé vai pressionar o governo português a aceitar a nomeação de bispos autóctones. O governo resistirá, considerando que tal significaria a criação de indesejadas lideranças locais, para mais em tempo de guerra. Esta nota de investigação pretende mostrar a argumentação de parte a parte durante quase uma década que acabou com a nomeação de um bispo-auxiliar negro para a diocese de Luanda.

Palavras-chave: Colonialismo, Estado Novo, Igreja Católica, Relações Diplomáticas Portugal-Santa Sé, Ultramar.

Autochthonous bishops in the context of Portuguese colonialism: issue of political sovereignty and ecclesiastical autonomy

Abstract: Diplomatic relations between Portugal and the Holy See during the 1960s were marked by several events. The prolonged exile of D. António Ferreira Gomes, the Second Vatican Council and the visit of Pope Paul VI to Fátima are some of the best known examples. Even so, a substantial part of the documentation present in the Diplomatic Historical Archive on these relations shows that the *Ultramar* issue was a topic that absorbed much of the attention in the relationship between the two states. It is in this context that, discreetly but with some insistence, the question of appointing black bishops to Portuguese dioceses in *Ultramar* territories will be raised. Since the conciliar period, the Holy See has pressured the Portuguese government to accept the appointment of indigenous bishops. The government resisted, considering that this would mean the creation of unwanted local leadership, especially in times of war. This research note aims to show the arguments made by both parties for almost a decade that ended with the appointment of a black auxiliary bishop for the diocese of Luanda.

Keywords: Colonialism, Estado Novo, Catholic Church, Diplomatic Relations Portugal-Holy See, *Ultramar*.

As questões relacionadas com o ultramar português não só absorveram grande parte da atenção nas relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé entre os anos 50 e 70, como foram, frequentemente, objeto de desacordo e conflito entre estes dois estados. A documentação que consultámos no Arquivo Histórico Diplomático refere, por exemplo, as questões relacionadas com os missionários estrangeiros, a organização do espaço diocesano e a oposição do regime português à nomeação de bispos negros para as dioceses no Ultramar¹.

Esta nota de investigação incide sobre este último ponto. Na investigação que temos vindo a desenvolver surgiu um tópico classificado como «Bispo Preto»² onde nos apercebemos da pressão da Santa Sé e da resistência do regime português a que se viesse a constituir nas suas províncias ultramarinas um corpo episcopal onde também figurassem bispos autóctones, ou seja, bispos negros ou com origem nas colónias.

A documentação é reveladora desta insistência da Cúria Romana que não encontra reciprocidade junto dos diplomatas portugueses que resistem a essa pressão e que relatam a sua perceção de que a Santa Sé não acreditava na posição portuguesa relativamente à sua política colonial. Houve uma gradação e progressiva insistência em torno desta questão, manifesta na documentação relativa às relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, nas décadas de 60 e 70, patente no Arquivo Histórico Diplomático.

Para além de casos específicos, importa considerar os princípios sustentados quer na recusa ou resistência por parte do governo português quer na fundamentação da insistência ou persistência da Santa Sé.

A documentação permite-nos considerar esta insistência em dois momentos distintos: primeiro de 1962 a 1964, durante o período conciliar e, posteriormente, de 1968 até 1970, momento em que se colocou a questão da organização da Igreja em África no seguimento da visita de Paulo VI ao Uganda (1969) e, posteriormente, com a publicação da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975).

Pretende-se, aqui, salientar a gradação referida e que se torna patente ao longo do tempo, através da troca de correspondência entre os principais envolvidos.

1 Luís Salgado Matos refere alguns episódios de resistência das autoridades portuguesas à possibilidade de nomeações episcopais de «clero nativo» desde 1926. MATOS, Luís Salgado – Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos. *Análise Social*. 29:125-126 (1994) 319-383.

2 Este tópico surge assim designado num marcador lateral da pasta relativa às relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé do ano 1962. Arquivo Histórico Diplomático [AHD]. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1962).

Período entre 1962 e 1964: ventos conciliares e independentistas

A primeira referência ao nosso objeto surge num aerograma de Salazar, datado de 20 de abril de 1962, onde é referida a «elevação do clero de cor» sugerida por Mons. Antonio Samoré que desempenhou a função de Secretário da Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários de 1953 até 1967. Nem Salazar nem o cardeal Giovanni Panico, Núncio Apostólico em Portugal entre 1959 e 1962, concordavam com a referida sugestão. Nesse contexto Salazar afirmara que «não temos neste momento pessoas em condição para elevar ao episcopado»³. A problemática do recrutamento do episcopado, nomeadamente a sua dificuldade, já tinha sido suscitada noutras ocasiões e a criação de dioceses no ultramar era ponderada como uma das hipóteses para aumentar o número de candidatos a circular pelas cátedras da metrópole.

A 7 de novembro de 1962 António de Faria, Embaixador de Portugal junto da Santa Sé entre 1961 e 1969, escreveu a Salazar dando conta que o então bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, numa das suas passagens por Roma, afirmara diante dele e de outros bispos que «nos fazia muita falta não termos nenhum bispo preto, que seria aqui a nossa melhor propaganda»⁴. Isto é, o então bispo da Beira utilizava o argumento que seria favorável para o governo português facilitar tal nomeação na medida em que esta seria uma ilustração da afro-portugalidade do ultramar propalada pelo regime.

Salazar, a 13 de dezembro de 1962, escreveu ao diplomata António de Faria afirmando que relativamente às reuniões dos Bispos de África os bispos portugueses do ultramar não deveriam evitá-las, pelo contrário, deveriam comparecer e colaborar: «Como nos apresentamos internacionalmente como país europeu e africano, pois os nossos bispos de Angola e Moçambique são portugueses, mas africanos ao mesmo tempo. E pode haver problemas de ordem regional que tenham de ser considerados e em que os nossos bispos, brancos ou negros, mas trabalhando em África, tenham uma palavra a dizer» e continua «É preferível que se apresentem como bispos africanos a apresentarem-se como bispos europeus encrustados em África. Podemos lamentar, como o bispo da Beira, que não tenhamos atualmente um bispo negro em qualquer diocese. Nos tempos confusos que vivemos ele poderia, no entanto, ser um chefe político⁵, como acontece aos simples sacerdotes»⁶.

3 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1962), Aerograma do Presidente do Conselho, 20-4-1962 (expedido).

4 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1962), Carta de António de Faria a António de Oliveira Salazar, Roma, 7-11-1962.

5 A propósito destas lideranças, é bastante elucidativo o artigo de João Miguel Almeida sobre D. Alexandre Nascimento. ALMEIDA, João Miguel – D. Alexandre Nascimento: um sacerdote católico angolano na transição do colonialismo português para a independência de Angola. *Lusitania Sacra*. 46 (2022) 149-174.

6 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1962), Carta de Salazar a António de Faria, 13-12-1962.

Outro documento refere uma conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Franco Nogueira) e o Núncio Apostólico, Mons. Maximiliano Furstemberg⁷, a 28 de abril de 1964. Nessa ocasião e no meio de vários assuntos, o Núncio, «com veemência e entusiasmo nele inusitados» perguntara ao Ministro «e por que não nomear um bispo negro?» e, continua o Ministro, «o Núncio tornou a afirmar que seria uma boa coisa nomear um bispo negro, desde que fosse pessoa “muito bem” e de toda a confiança. Não lhe perguntei qual “a confiança de quem?” – mas observei-lhe que era da boa tradição portuguesa a existência de bispos negros. “Pois por isso mesmo!”, exclamou o Núncio, como eram também da boa tradição portuguesa, rematei sorrindo, os bispos que fossem bons colaboradores da autoridade civil. O Núncio também sorriu»⁸.

O embaixador no Vaticano fará eco desta informação do Ministro Franco Nogueira numa carta ao mesmo Ministro de 1 de junho de 1964, indagando se a demora da nomeação para a recém-criada diocese de Vila Cabral não estaria relacionada com a «ideia do Núncio de fazer um bispo preto?», asseverando, desde logo, que sendo uma zona pouco cristianizada e de escassa população branca do norte de Moçambique não seria, portanto, a mais indicada para «uma experiência deste género»⁹.

A 21 de agosto de 1964 o Núncio Apostólico escreveu a Franco Nogueira afirmando-lhe que D. Daniel Gomes Junqueira¹⁰, bispo de Nova Lisboa, era receptivo à ideia de ter um bispo auxiliar autóctone e que isso seria motivo de alegria para a população católica de cor bem como para os restantes católicos. É nesse contexto que foi apresentada a opção do padre passionista Ermenegildo de Jesus, cujo currículo seria enviado a Franco Nogueira¹¹.

A 5 de outubro de 1964 António Faria escreveu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros onde fazia saber que tinha falado com Mons. Samoré para lhe dar conta da orientação portuguesa relativamente à nomeação de um «bispo preto para uma das nossas dioceses de Angola»¹². A posição era a seguinte: «nenhuma objeção de princípio, nem sobre a pessoa indicada [Pe. Ermenegildo], que estávamos prontos a aceitar numa diocese do continente. Não considerávamos fosse oportuna,

7 Núncio Apostólico em Portugal entre 1962 e 1967, originário da Bélgica, estava a par das questões complexas da descolonização, em particular no respeitante à região do Congo e dos grandes lagos.

8 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1964), Conversa com o Núncio Apostólico, 28-04-1964.

9 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1964), Carta de António Faria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (1-6-1964).

10 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1964), Carta do Núncio Apostólico ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (21-8-1964).

11 Originário de Estela, Póvoa do Varzim, arquidiocese de Braga, foi membro da congregação dos Padres do Espírito Santo (Espiritanos).

12 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1964), Carta de António Faria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (5-10-1964).

antes se nos afigurava inconveniente nas atuais circunstâncias, a sua nomeação para Angola». Mons. Samoré, contudo, era de opinião que a nomeação para a metrópole não teria as vantagens desejadas e seria demasiado conspícua. Constatava-lhe ainda que pelo menos um bispo do continente não se mostrara interessado em ter como auxiliar um bispo negro.

Faria explica a Mons. Samoré que se a nomeação tivesse sido feita alguns anos antes, para o ultramar, não teria havido objeção, mas naquele momento queriam evitar-se inconvenientes numa província que estava em estado de guerra. Mons. Samoré, pelo contrário, pensava que seria favorável a Portugal a desejada nomeação, conforme, aliás, à propagandeada política racial portuguesa. O embaixador português escudou-se com o necessário estudo de tal nomeação bem como com as questões relacionadas com as etnias e tribos.

Numa carta¹³ de 12 de outubro de 1964 respondeu, em vez do Ministro, João Marçal de Almeida, Adjunto do diretor-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que escreveu a António de Faria fazendo-lhe saber que Franco Nogueira tinha falado com o Núncio explicando-lhe que embora a nomeação de um bispo negro estivesse dentro das tradições portuguesas, naquele momento tal colaboração numa diocese ultramarina não seria oportuna, «podendo prestar-se a interpretações que talvez não estivessem no ânimo da Santa Sé e que não estavam de certo no do Governo português» e remata «Fui muito firme neste ponto».

Período entre 1968 e 1970: período marcelista e política africana do Vaticano

Na recente obra de Paula Borges dos Santos sobre D. António Ribeiro é referido que a aceitação da nomeação de um bispo autóctone (ainda que apenas auxiliar) teria sido o modo de o governo português compensar a Santa Sé pelo seu veto à nomeação do Pe. António Ribeiro para bispo da Beira¹⁴. A autora, fazendo referência a fontes do Arquivo Histórico Diplomático, refere uma conversa entre Franco Nogueira e Mons. Samoré, na presença de António de Faria, no dia 13 de maio de 1967, aquando da visita de Paulo VI a Fátima. Nessa ocasião teria sido acordado que o Governo português aceitaria um bispo negro em Angola e não se voltaria a tocar no assunto da recusa do Pe. António Ribeiro para bispo da Beira.

13 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1964), Carta de João Marçal de Almeida (Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros) a António de Faria.

14 SANTOS, Paula Borges dos – *Dom António Ribeiro*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, p. 109-115.

A Santa Sé abandonara, assim, a ideia de nomear um bispo residencial negro para Benguela, preferindo começar por nomear um bispo autóctone como auxiliar de Luanda.

Na documentação que consultámos, no Arquivo Histórico Diplomático, este tema reaparece no ano 1968¹⁵. Contudo devemos ao menos enunciar três aspetos que podem ter interferido com o acordo aparentemente conseguido: em primeiro lugar, tinha iniciado funções como Núncio Apostólico em Lisboa, a 8 julho de 1967, Mons. Giuseppe Maria Sensi¹⁶; em segundo lugar, foi em 1968 que Salazar sofreu o acidente que motivou a sua substituição, como Presidente do Conselho de Ministros, por Marcelo Caetano; por fim, a continuação e agravamento da guerra em três províncias ultramarinas.

O relato da conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com Mons. Sensi, a 21 de julho de 1969, refere que a Santa Sé tinha decidido nomear um bispo negro como auxiliar de Luanda¹⁷. O Núncio afirma informar o Ministro a «título de cortesia» e este responde que as observações que antes tinham feito (ou seja, a recusa desta possibilidade) permaneciam válidas. O Núncio insiste que informava a título de cortesia e o Ministro refere que os seus comentários não devem ser tomados como «anuência» ou «aprovação» do governo português. O Núncio respondeu que também assim tinha entendido. Este é um, entre outros casos, onde se pode entrever a política romana, verificável nos pontificados de Pio XII, João XXIII e Paulo VI, de nomeação de bispos auxiliares em alguns países concordatários¹⁸.

No dia 10 de março de 1970 o embaixador de Portugal junto da Santa Sé, Eduardo Brazão, escreve para o Ministério dos Negócios Estrangeiros revelando uma conversa com Mons. Agostino Casaroli, que desempenhou a função de Secretário da Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários entre 1967 e 1979. Este último chamou o embaixador para o informar «por cortesia» que no dia seguinte seria nomeado como bispo auxiliar de Luanda o Pe. Eduardo André Muaca, originário daquela província. (O Núncio, como já se referiu, tinha avisado anteriormente o Ministro, mas «o Vaticano não se quis precipitar para ir “habituando o governo de Lisboa a esta necessidade”»¹⁹).

15 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1968), Aerograma da Embaixada de Portugal junto da Santa Sé (expedido a 23-11-1968).

16 Núncio Apostólico em Portugal entre 1967 e 1976. Sobre ele Marcelo Caetano referiu o seguinte nas suas memórias «O Núncio, Mons. Sensi, tinha uma deplorável tendência para se imiscuir na política interna portuguesa». CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974, p. 182.

17 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1969), Relato de Conversa com o Núncio Apostólico (21-07-1969).

18 MATOS – Os bispos portugueses, p. 319-383.

19 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1970), Carta de Eduardo Brazão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (10-3-1970).

Eduardo Brazão afirmou então não ter instruções precisas sobre aquela matéria por isso respondeu ao prelado a título pessoal: começa por afirmar que a Santa Sé estava convicta que Portugal teria de sair de África. Mas declara que tal premissa era errada e que era provocada por informação deficiente. Isso levava a Santa Sé a tirar conclusões falsas e prejudiciais para as províncias africanas de Portugal. E continua «Tentar-se criar na nossa África uma hierarquia negra [...] era provocar a destruição da obra de integração de Portugal», e prossegue «Uma hierarquia negra é o inevitável caminho para a criação duma Igreja Africana, aceite hoje pela Igreja, dentro do princípio da pluralidade na unidade, atitude diferente doutros tempos em que a Igreja reagiu contra o galicanismo e o josefismo». Além disso, continua o embaixador, África não era uma unidade, tal como não o eram os outros continentes.

O embaixador questiona ainda: «Não veremos, um dia se o deixarmos, a Igreja Católica a destruir o que está em vias de útil desenvolvimento e em constante prosperidade sempre engrandecida?»

Mons. Casaroli procurava rebater os argumentos do embaixador falando-lhe «na evolução irreversível e nas tendências irremediáveis dos “ventos da história”».

Eduardo Brazão conclui o telegrama recomendando ao governo uma atitude firme neste caso, uma vez que abrir a porta à criação de uma hierarquia negra no Ultramar seria, nas suas palavras, uma «quinta coluna» que se iria fixar na retaguarda portuguesa.

No dia imediatamente a seguir, 11 de março de 1970, Eduardo Brazão completa as suas informações ao Ministério, afirmando que as suas respostas a Mons. Casaroli, apesar de serem dadas a título pessoal, estavam dentro das instruções gerais recebidas pelo Ministro Franco Nogueira, reafirmando a disponibilidade do Governo de aceitar bispos negros na metrópole mas não no Ultramar [nem mesmo como auxiliares], onde tais decisões teriam danos irreparáveis à política portuguesa e à própria Igreja «que já tem graves problemas a resolver»²⁰.

Em traços largos, na leitura diacrónica desta documentação e sobretudo da troca de argumentos nela contidos, podemos destacar sinteticamente três sensibilidades que nela se tornam evidente:

A primeira, a daqueles que pensam que nomear bispos autóctones é criar uma liderança negra, e que tal não é desejável para a política ultramarina portuguesa. É, portanto, a sensibilidade de Salazar, de Franco Nogueira e dos integracionistas do regime, para os quais a Igreja Católica está ao serviço da missão civilizadora e colonial portuguesa;

20 AHD. Relações entre Portugal e a Santa Sé (ano 1970), Carta de Eduardo Brazão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (11-3-1970).

A segunda, dos que pensam que nomear bispos autóctones seria uma propaganda positiva para o regime, evidenciando as suas teses da afro-portugalidade, é claramente a sensibilidade de D. Sebastião de Soares de Resende até ao início da década de 1960. Reflete as suas intenções, numa fase inicial, de conciliar o seu nacionalismo, a sua orientação romana e a sua intenção, precursora do Vaticano II, de uma Igreja católica que crie raízes no povo africano;

E, por fim, a posição da Santa Sé, que provavelmente tendo em vista um horizonte das independências africanas, pretende apostar na nomeação de bispos autóctones, perspetivando uma africanização da hierarquia eclesiástica da Igreja em África. Privilegiando, porventura, aqueles eclesiásticos autóctones que tinham uma rede de relacionamentos com as elites locais com quem mais tarde a Santa Sé teria de estabelecer relações.